

Deliberação nº 33 – 1ª Câmara

Aprovada em 18/6/86 – Processo nº 23003.000753/85-07

Interessado: João Silvestre

Assunto: Solicita Registro da obra “HISTÓRIAS PREMIADAS”.

Relator: Conselheiro Antônio Chaves

Ementa

ESQUEMAS DE CONCURSOS a ser utilizado nos meios de comunicação. Não alcançam o patamar de verdadeiras criações intelectuais. Irregistrabilidade.

I – Relatório

JOÃO SILVESTRE, profissionalmente J. SILVESTRE, vendo indeferido o pedido formulado junto à Biblioteca Nacional de sua obra “Histórias Premiadas”, junta por cópia a fls. 5 usque 11, requer, com fundamento no art. 17, § 3º LDA, o registro da mesma junto a este Conselho, ou indicação do órgão competente para efetivar o registro.

Pela CJU manifestou-se pelo indeferimento a Dra. Vera Lúcia C. Carrijo, por entender que a obra não possui as características que a identifiquem como criação intelectual.

É o relatório.

II – Análise

Bem examinados os elementos colhidos no processo, chegamos à mesma conclusão, mas por outros fundamentos.

Há falta de originalidade e criatividade à contribuição oferecida para registro.

Apenas, o próprio interessado a qualifica, nas palavras iniciais, como esquema de concurso, e, portanto, uma mera idéia a ser aproveitada por qualquer meio de comunicação.

Ora, está ausente tanto na doutrina nacional, MANOEL JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS, – “O Direito de Autor na Obra Jornalística Gráfica”, S. Paulo, Ed. Rev. dos Tribunais, 1981, págs. 63-74, como na estrangeira, MARIO FABIANI, “Sulla essa tutela, como opere dell’ingegno o come modelli di utilità, degli schemi o sistemi di giochi o concorsi”. – Il Diritto di Autore, 1963, págs. 497-506; FILIPPO PASQUERA, – “Sulla tutelabilità dei giochi enigmistici e della configurazione esteriore del periodico” – mesmo repertório, 1964, págs. 1 e segs. – a não tutelabilidade de

trabalhos que não alcançam o patamar de verdadeiras criações intelectuais, ficando, pois, excluídos da proteção do direito de autor.

Entende o último que os termos literatura, arte figurativa, obra literária e arte de desenho não são usados no sentido estrito pela lei autoral, nem sempre reunindo as condições mínimas para se enquadrarem no conceito de obra protegível.

Cita decisão do Tribunal de Milão de 27.06.1968 considerando determinado tipo de jogo como fruto de trabalho meramente combinatório, sem caráter criativo, ainda que laborioso.

MARIO FABIANI, por sua vez, comenta decisão de 17.03.1961 da Corte de Apelação da mesma cidade, excluindo da proteção autoral os sistemas de jogos, com base no argumento de que estes, em regra, constituem simples idéias, não podendo ser protegidos, por não configurarem obras intelectuais.

No mesmo sentido, decisões da Corte de Apelação de Roma, de 11.02.1974 e da Corte Suprema de Cassação de 01.10.1975.

III – Voto

Registre-se e comunique-se

Brasília, 18 de maio de 1986.

Antônio Chaves
Cons. Relator

IV – Decisão da Câmara

A Primeira Câmara, à unanimidade, acompanhou o voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 18 de junho de 1986.

Cons. Daniel da Silva Rocha

Cons. Marco Venício Mororó de Andrade

D.O.U. 14.07.86 – Seção I, pág. 10.404